



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 19/2021

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 19/2021

PROCESSO ELETRÔNICO N. [0002887-60.2021.6.22.8000](#)

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM
ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA A. C. F.
MOREIRA - ME, PARA FORNECIMENTO
DE GÁS DE COZINHA ÀS UNIDADES DO
TRE-RO.**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **A. C. F. MOREIRA - ME**, CNPJ **14.410.553/0001-27**, com sede na Rua Gonçalves Dias, n. 948 - Bairro Olaria, CEP: 76.801-234, Município de Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3229-8220, (69) 3229-8120 e (69) 99221-3603, E-mail(s): acfmoreiralda@gmail.com, neste ato representada pela senhora **ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 999982-SSP/RO e CPF 946.850.102-72.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Decreto Federal 9.507/2018, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Resolução TSE 23.234/2010, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Instrução Normativa SG/MPDG 5/2017 e, supletivamente, Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços 02/2021/SEAP.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 1388/2021 - PRES/DG/GABDG, de 11/10/2021 (evento [0749618](#)).

DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é o fornecimento de 60 (sessenta) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico, pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues no endereço da Sede do TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio.

Subcláusula Primeira – A quantidade acima referida é estimada e como tal deverá ser contratada, de forma a não obrigar o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

Subcláusula Segunda - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, a Cotação de Preços e o Projeto Básico respectivos, assim como a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DO MÉTODO DE ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - A CONTRATADA fará a entrega do objeto a partir do recebimento de Requisição enviada à CONTRATADA pela Seção de Administração Predial - SEAP, na qual deve constar a data e horário da expedição, a quantidade a ser fornecida e a assinatura do Chefe de Seção de Administração Predial ou seu substituto legal, observando que:

1. A Requisição poderá ser enviada via e-mail, por aplicativo de mensagem "whatsapp" e ainda, excepcionalmente, por meio de telefone, neste caso, com certificação nos autos próprios;
2. A entrega do objeto deverá ser feita no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Requisição pela CONTRATADA, no horário de 08h30 às 15h30, de segunda a sexta-feira (exceto em feriados);
3. Quando da entrega do objeto, as requisições já emitidas deverão ser assinadas pelo fornecedor (CONTRATADA) e pelo recebedor (CONTRATANTE), em campo próprio;
4. No momento do recebimento dos botijões com cargas de gás, a Contratante deverá entregar à CONTRATADA a mesma quantidade de botijões (vasilhames) vazios;
5. Como não há nas instalações do TRE-RO um depósito para abrigar grandes quantidades de botijões de gás e considerando tratar-se de material perigoso (inflamável), será mantido um estoque mínimo em local adequado, que será repostado à medida que for sendo consumido, mediante emissão de Requisição à CONTRATADA. Assim sendo, entende-se inviável a definição de um cronograma de entrega.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Subcláusula Quarta - Os botijões com carga de gás deverão ser entregues em bom estado de conservação, limpos, sem amassadura ou sinais de alças e rodapés tortos, ausência de ferrugem e corrosões, e com o lacre inviolado, conforme segue:

1. Os botijões de gás terão seu recebimento efetivado no ato da entrega, em conformidade com a Requisição emitida pela SEAP.
2. No caso de não aceitação do objeto, o TRE-RO emitirá uma nova Requisição do objeto do Projeto Básico, verificando as condições específicas na Cláusula "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 03/01/2022, e não poderá ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais)**, correspondente a 60 (sessenta) unidades da carga de GLP engarrafadas em botijão de 13 kg, no valor unitário de R\$ 119,60 (cento e dezenove reais e sessenta centavos), conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – A quantidade estimada para esta contratação é estimada, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – As condições quanto à eventual reajuste, à eventual reequilíbrio e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta do orçamento 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento.

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO:	AOSA CONSUM

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento referente à presente Carta-Contrato observará as condições a seguir:

1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal de fornecimento de material, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal na sede do TRE-RO, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das respectivas requisições, e serão efetuadas as retenções legais;
2. Serão desconsiderados e, conseqüentemente, não pagos, valores relativos às requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com as informações incompletas;
3. No procedimento de conferência da Nota Fiscal para envio para pagamento será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA e, caso haja alguma pendência, o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecendo prazo para tal, sendo que, enquanto correr o prazo sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado. Ademais, extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa;

4. Nenhum pagamento será feito à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos;

5. No caso de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da fórmula a seguir, sendo que a aludida compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

8. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;

9. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;

10. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

11. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e

12. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – A Gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pelo titular da Seção de Administração Predial - SEAP, ou seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.

Subcláusula Primeira – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução do contrato não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Emitir as requisições de carga de gás, na qual deve constar a data da expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e o horário de recebimento por parte da CONTRATADA;
2. Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;
3. Promover, através do fiscal desta carta-contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
5. Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho, observando as normas de segurança existentes;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;
7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
8. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
9. Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato;
10. Rejeitar o objeto entregue em desacordo com o previsto neste instrumento; e
11. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Obriga-se a CONTRATADA a:

1. Realizar o fornecimento do material objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Fazer a entrega do objeto deste instrumento nas quantidades solicitadas e no endereço constante desse instrumento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da requisição;
3. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
4. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto;
5. Manter, durante toda a vigência contratual, conta corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual;
6. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e a Justiça do Trabalho;
7. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ;
8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
9. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;
10. Emitir nota fiscal/fatura mensalmente e apresentá-la ao CONTRATANTE no mês subsequente à execução dos serviços, com a descrição dos serviços prestados, encaminhando como anexos as requisições e os documentos que comprovem sua regularidade fiscal;
11. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor desta carta-contrato, contados de sua notificação, os serviços/objetos em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades.
12. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Não contratar, na vigência desta Carta-Contrato, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências.

14 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2o, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

15. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

16. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura da carta- contrato, sujeita a contratada à multa moratória incidente sobre o valor da carta contrato, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - atrasos na entrega do objeto:

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.
2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.
3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.
4. quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.
3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.
4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

Subcláusula Primeira - Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

Subcláusula Segunda - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

Subcláusula Terceira - A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) A CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) A CONTRATADA seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Quinta - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Sexta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas na Carta-Contrato contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

Subcláusula Sétima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Oitava – Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas à CONTRATADA, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

Subcláusula Nona - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima Primeira - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima Segunda - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Terceira - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Quarta - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Quinta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RESCISÃO CONTRATUAL
(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Em razão da natureza do objeto e este não prosperar por outros exercícios orçamentários (serviços continuados), não há previsão de reajuste para o objeto deste instrumento.

Subcláusula Oitava – É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 28 de outubro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA, Usuário Externo**, em 28/10/2021, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/10/2021, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 28/10/2021, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/10/2021, às 21:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755665** e o código CRC **A216CBEB**.

0002887-60.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

Unidade solicitante:	<i>Seção de Administração Predial - SEAP</i>
Unidade demandante:	<i>Seção de Administração Predial - SEAP</i>
Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:	<i>Jaidê Rabelo Bento</i>
Objeto:	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de carga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico , pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio.
Quantidade:	<i>60 (sessenta) unidades</i>
Plano Anual de Contatação (PAC):	<i>(X) Sim.</i> <i>() Não. Justificativa da necessidade:</i>
Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:	<i>03/01/2022</i>

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002887-60.2021.6.22.8000

0741371v2



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 21/09/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0741371** e o código CRC **BAABE994**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

Valor estimado da contratação:	R\$ 7.176,00 (sete mil e cento e setenta e seis reais)
Forma de aquisição:	() Licitação. (X) Aquisição direta.
Classificação da contratação:	(X) Aquisições e contratações gerais, EXCETO obras e serviços de engenharia e prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, regulados pela Instrução Normativa SG/ME n. 5, de 2 de maio de 2017. () SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ n. 182/2013).
Objeto: <i>(Descrição sucinta do objeto que será estimado)</i>	Fornecimento de 60 (sessenta) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico , pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio.
Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços: <i>(indicar também a unidade de lotação)</i>	Servidor 1: Jaidê Rabelo Bento, Lotação: SEAP Servidor 2: _____, Lotação: _____
Norma utilizada para a estimativa de preços:	(X) Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020. () Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (JUSTIFICAR):
Critérios: <i>(situações específicas de cada objeto)</i>	A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas na forma do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (X) INFORMAR quais condições constaram da cotação: <ul style="list-style-type: none">• A Contratada fará a entrega do objeto a partir do recebimento da Requisição enviada à contratada pela Seção de Administração Predial - SEAP, na qual deve constar a data, o horário da expedição, a quantidade a ser fornecida e a assinatura do Chefe de Seção de Administração Predial ou seu substituto legal.• A entrega do objeto deverá ser feita no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Requisição pela contratada, no horário de 08h30 às 15h30, de segunda a sexta-feira (exceto em feriados).• No momento do recebimento dos botijões com cargas de gás, a Contratante deverá entregar à Contratada a mesma quantidade de botijões (vasilhames) vazios.• As empresas que participarem da cotação de preços deverão apresentar sua proposta comercial preenchidas adequadamente e nos moldes do modelo da Cotações de Preços n. 02/2020 SEAP enviada a todas (conforme modelo do evento 0735) bem como deverão possuir documentação APTA no que se refere à regularidade fiscal, quais sejam: - Certidão Negativa da Receita Federal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<ul style="list-style-type: none">- Certidão Negativa do FGTS- Certidão Negativa da Justiça do Trabalho- Certidão Negativa do Conselho Nacional de Justiça <ul style="list-style-type: none">• Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, fretes, e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da Cotação de Preços/Contrato.• Os botijões com carga de gás deverão ser entregues, em bom estado de conservação, limpos, sem amassadura ou sinais de alças e rodapés tortos, ausência de ferrugem, corrosões e o lacre inviolado. <p>() Não houve observação do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (JUSTIFICAR)</p>
Parâmetros adotados na estimativa de preços:	<p>I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 73/20 foram utilizados:</p> <p>() Inciso I - Pannel de Preços;</p> <p>() Inciso II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;</p> <p>() Inciso III - Sados de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;</p> <p>(X) Inciso IV - Pesquisa direta com fornecedores.</p> <p>II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:</p> <p>() Sim</p> <p>(X) Não (JUSTIFICAR):</p> <p>Justificativa: Por pretender ser contratação direta (dispensa), com fulcro no Art. 24, II, da Lei 8.666/1993), foi distribuída cotação de preços no mercado local, com minuta do Projeto Básico. A cotação foi distribuída para os fornecedores, no entanto, somente 3 cotaram.</p> <p>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 73/20.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>(X) Sim, todos.</p> <p>() Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):</p> <p>() Caso não tenha utilizado a IN SG/ME 73/20 DESCREVER os critérios parâmetros adotados na pesquisa de preços:</p>
<p>Metodologia para obtenção da estimativa de preços:</p>	<p>Arts. 6º da IN SG/ME 73/20:</p> <p>I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos SEI.</p> <p>(X) Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>() Há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>II - ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no Anexo I, em especial, quando houver <u>grande variação</u> entre os valores apresentados (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>III - Há valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?</p> <p>(X) Sim, se forem desconsiderados, FUNDAMENTAR (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>a) a cotação de preços da empresa PORTOGÁS não está sendo considerada em razão de irregularidade fiscal;</p> <p>b) Foram entregue 09 (nove) cotações de preços no mercado local, estando os envios comprovados no processo. No entanto, somente 02 (duas) empresas responderam, das quais apenas 2 apresentaram regularidade fiscal integral. Diante dessa situação, verifica-se que a precificação com base em apenas 2 preços aptos a contratar com a Administração Pública encontra amparo no item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário ou do Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário (que admite, de forma excepcional, menos de 3 cotações desde que o fato esteja devidamente justificado).</p> <p>() Não há valores com essas características.</p> <p>IV - Após os procedimentos acima, INSERIR NO ANEXO II desta Informação novo QUADRO com os PREÇOS FINAIS ESTIMADOS.</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>para a licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - link com o número do evento no SEI - decorrentes da média, mediana menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo seja sobre um conjunto de três ou mais preços, OU de forma excepcional justificada abaixo, em número menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>V - Para esta contratação serão utilizados outros critérios e métodos? Caso positivo, deverão ser devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p>
Publicação:	<p>Valor estimado é sigiloso:</p> <p>(X) Não, PUBLICAR.</p> <p>() Sim (INDICAR O FUNDAMENTO):</p> <p><u>Nota:</u> Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de publicação do edital da licitação, a publicação dos dados deste formulário ocorrerá após a finalização do certame.</p>

ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA

- INSERIR QUADRO** com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, vinculadas com o número dos eventos no SEI.

	EMPRESA	CNPJ	REGULARIDADE FISCAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	Evento Cotação
1	PORTOGÁS COM. SERV. EIRELI-EPP	28.506.009/0001-98	NÃO (Receita Federal)	R\$115,00	R\$6.900,00	0740737
2	AC F MOREIRA	14.410.553/0001-27	SIM	R\$119,60	R\$7.176,00	0740735
3	ROAD COMÉRCIO E	05.555.440/0001-29	SIM	R\$123,90	R\$7.434,00	0740736



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERV. LTDA					
------------	--	--	--	--	--

ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL

- **INSERIR QUADRO** com os preços considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - e o método ou métodos utilizados para obtenção da estimativa (média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços):

	EMPRESA	CNPJ	REGULARIDADE FISCAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	Evento Cotação
1	AC F MOREIRA	14.410.553/0001-27	SIM	R\$119,60	R\$7.176,00	0740735
2	ROAD COMÉRCIO E SERV. LTDA	05.555.440/0001-29	SIM	R\$123,90	R\$7.434,00	0740736

Para a contratação pretendida será utilizado o menor dos valores obtidos, que é o do item 1 da tabela acima.

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação à SAOFC, acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e TR/PB para apreciação e aprovação pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO**, **Chefe de Seção**, em 28/09/2021, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0743713** e o código CRC **B5D4AF14**.

0002887-60.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 10/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gás de cozinha.

2 - OBJETO

2.1 - O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **60 (sessenta) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico**, pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio.

A quantidade acima referida é estimada e como tal deverá ser contratada, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - DA NECESSIDADE – A aquisição de gás de cozinha é necessária para o preparo de café, chás e outros alimentos no âmbito do TRE-RO, a serem consumidos por magistrados, servidores, demais colaboradores, membros da corte, advogados e visitantes em geral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A definição da aquisição de cargas de gás para botijões de 13 kg decorre do fato de que as instalações da Justiça Eleitoral em Rondônia não dispõem de encanamento para contratação de gás encanado e nem dispõem de fogão elétrico na cozinha/copa principal do órgão, onde são preparadas grande parte das bebidas/alimentos. Fogão elétrico não seria a solução mais eficaz para os preparos feitos no órgão, por não atuar na mesma velocidade que o fogão industrial a gás disponível na cozinha/copa.

A última contratação direta para aquisição de gás de cozinha gerou a carta-contrato 026/2020, firmada com a empresa A C F MOREIRA, com vigência de 12 meses, cuja vigência termina em 22/12/2021, conforme Processo SEI n. [0002701-71.2020.6.22.8000](#). Assim, diante da iminência da data final da vigência da aludida carta-contrato, inicia-se com este Projeto Básico o procedimento para nova contratação, sugerindo como início do novo contrato a data de **03/01/2022**.

3.2 - DA QUANTIDADE – A quantidade estimada para contratação é de **60 (sessenta) cargas de gás para botijões de 13 kg**. Tal quantidade é **estimada** e assim deverá ser contratada, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado. A quantidade estimada é baseada no histórico das contratações anteriores, levando-se em conta o consumo em ano eleitoral.

3.3. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico consta do Plano Anual das Contratações para 2022, aprovado pela PORTARIA Nº 147 2021 (SEI [0002711-81.2021.6.22.8000](#), evento [0727578](#)) e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANO ESTRATÉGICO 2021- 2026 deste órgão, a saber:

- Garantir a adequada priorização dos gastos e investimento;
- Otimizar a execução orçamentária e financeira;
- Otimizar a gestão de custos e redução do desperdício;
- Garantir agilidade e qualidade nas contratações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho;
- Aprimorar o atendimento ao eleitor e jurisdicionado.

Adotam-se no presente Projeto Básico mecanismos de aperfeiçoamento para alinhar as necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Busca-se estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1 - O objeto a ser contratado é fornecido por revendas, não havendo, assim, critérios de sustentabilidade a serem exigidos. Ademais, a destinação ambientalmente correta dos vasilhames retornáveis não é exigível das revendas, mas da indústria, cujo mercado é controlado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

5 – DO MÉTODO DE ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

5.1 - A Contratada fará a entrega do objeto a partir do recebimento de Requisição enviada à contratada pela Seção de Administração Predial - SEAP, na qual deve constar a data e horário da expedição, a quantidade a ser fornecida e a assinatura do Chefe de Seção de Administração Predial ou seu substituto legal.

5.2 - A Requisição poderá ser enviada via e-mail, por aplicativo de mensagem "*whatsapp*" e ainda, excepcionalmente, por meio de telefone, neste caso, com certificação nos autos próprios.

5.3 - A entrega do objeto deverá ser feita no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Requisição pela contratada, no horário de 08h30 às 15h30, de segunda a sexta feira (exceto em feriados).

5.4 - Quando da entrega do objeto, as requisições já emitidas deverão ser assinadas pelo fornecedor (contratada) e pelo recebedor (contratante), em campo próprio.

5.5 - No momento do recebimento dos botijões com cargas de gás, a Contratante deverá entregar à Contratada a mesma quantidade de botijões (vasilhames) vazios.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.6 - Como não há nas instalações do TRE/RO um depósito para abrigar grandes quantidades de botijões de gás e considerando tratar-se de material perigoso (inflamável), será mantido um estoque mínimo em local adequado, que será repostado à medida que for sendo consumido, mediante emissão de Requisição à contratada. Assim sendo, entende-se inviável a definição de um cronograma de entrega.

6 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 - Os botijões com carga de gás deverão ser entregues, em bom estado de conservação, limpos, sem amassadura ou sinais de alças e rodapés tortos, ausência de ferrugem, corrosões e com o lacre inviolado.

6.2 - Os botijões de gás terão seu recebimento efetivado no ato da entrega, em conformidade com a Requisição emitida pela SEAP.

6.3 - No caso de não aceitação do objeto, este Tribunal emitirá uma nova Requisição do objeto deste Projeto Básico, verificando as condições específicas do Item 10.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

7 - DO VALOR E DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

7.1 – VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1.1 - O valor da contratação é de **R\$ 7.176,00 (sete mil e cento e setenta e seis reais)**. Tal valor corresponde ao menor valor das propostas obtidas por meio da Cotação de Preços n. 02/2021- SEAP (evento [0735676](#)), realizada no mercado local, conforme demonstrado na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR ESTIMADO (evento [0743713](#)) e também no quadro abaixo:

	EMPRESA	CNPJ	REGULARIDADE FISCAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	Eve Cot
1	ROAD COMÉRCIO E SERV. LTDA	05.555.440/0001-29	SIM	R\$123,90	R\$7.434,00	074
2	ACF MOREIRA	14.410.553/0001-27	SIM	R\$119,60	R\$7.176,00	074

7.1.2 – Como se verifica, a empresa ACF MOREIRA sagou-se vencedora, apresentando a proposta mais vantajosa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.3 - Foram entregues 09 (nove) cotações de preços no mercado local, conforme demonstrado na tabela abaixo. No entanto, somente 3 empresas responderam, das quais 2 apresentaram regularidade fiscal integral. Diante dessa situação, verifica-se que a precificação com base em apenas 2 preços aptos a contratar com a Administração Pública encontra amparo no **item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário** ou do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário** (que admite, de forma excepcional, menos de 3 cotações, desde que o fato esteja devidamente justificado).

	COTAÇÃO DE PREÇOS ENVIADAS PARA:	RESPONDEU COTAÇÃO?	REGULARIDADE FISCAL?	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	DISTRIBUIDORA COSTA E SILVA	NÃO	NÃO	NÃO COTOU	NÃO COTOU
2	DISTRIBUIDORA 405	NÃO	NÃO	NÃO COTOU	NÃO COTOU
3	PRIME COMÉRCIO	NÃO	NÃO	NÃO COTOU	NÃO COTOU
4	SÂNGELA HANNA	NÃO	NÃO	NÃO COTOU	NÃO COTOU
5	CARVALHO COMERCIO	NÃO	NÃO	NÃO COTOU	NÃO COTOU
6	ROLDÃO BRAGA RIBEIRO EIRELI	NÃO	NÃO	NÃO COTOU	NÃO COTOU
7	PORTOGÁS COM. SERV. EIRELI-EPP	SIM	NÃO	R\$115,00	R\$6.900,00
8	ROAD COMÉRCIO E SERV. LTDA	SIM	SIM	R\$123,90	R\$7.434,00
9	ACF MOREIRA	SIM	SIM	R\$119,60	R\$7.176,00

7.1.4 - Cabe ressaltar que as empresas ROLDÃO BRAGA, embora não tenha apresentado cotação de preços, respondeu à solicitação de cotação informando que devido à volatilidade do preço do gás do cozinha, com cenário de até 2 reajustes de preço mensais, não está fazendo cotação de tal produto.

7.2 – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei . 8.666/1993)

7.2.1- Considerando o valor total da aquisição bem como o disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se, s.m.j, que a aquisição pretendida pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

teto legal. Além disso, há XX cotações válidas, atendendo à quantidade mínima exigida para validade do procedimento, com documentos comprobatórios da regularidade fiscal das empresas.

7.3 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA

Nome da empresa: A.C.F. MOREIRA - ME

CNPJ:14.410.553/0001-27

Endereço: Ruja Gonçalves Dias, 948 - Bairro Olaria

Contatos: Ana Carolina F. Moreira

Telefone: (69) 3229-8120

E-mail: acgmoreiralt@gmail.com

Representante: Ana Carolina F. Moreira

Dados bancários: Banco Itau, Ag. 1592, Conta-corrente 38.554-4

7.4 - DO PRAZO

7.4.1 - O prazo de vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 03/01/2022l.

8 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

8.1 - O fornecimento de material de consumo especificado no presente Projeto Básico está previsto no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2022, devendo a aquisição pleiteada ser custeada pelo Orçamento Ordinário de tal exercício, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO 2022
Orçamento Ordinário 2022	
Plano Interno ADM MATAUX	R\$ 7.176,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

9.1 - As empresas que participarem da cotação de preços devem apresentar sua proposta comercial preenchidas adequadamente e nos moldes do modelo da **Cotações de Preços n. 02/2021-SEAP** enviada a todas (conforme modelo do evento [0735676](#)), bem como deverão possuir documentação APTA no que se refere à regularidade fiscal, quais sejam:

- Certidão Negativa da Receita Federal
- Certidão Negativa do FGTS
- Certidão Negativa da Justiça do Trabalho
- Certidão Negativa do Conselho Nacional de Justiça

9.2 - Será exigido das licitantes, necessariamente, a indicação da **MARCA** do produto a ser cotado, nos moldes do modelo da **Cotações de Preços n. 02/2021-SEAP**.

9.3 - Na apresentação da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do objeto a ser contratado.

10 - REQUISITO DE VALIDADE DA PROPOSTA

10.1 - Validade: mínimo de 60 (sessenta) dias.

10.2 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da Cotação de Preços/Contrato.

11 – DA CARTA-CONTRATO, DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO PAGAMENTO

11.1. DA CARTA-CONTRATO

11.1.1 – A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura de carta-contrato, conforme dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1.2 - Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o instrumento de carta-contrato, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização no sistema para tal.

11.1.3 - À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

11.1.4 - Como condição para a elaboração da Carta-Contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça.

11.1.5 - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

11.1.6 - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

11.1.7 - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

11.1.8 - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - **situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93)** - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

11.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Emitir as requisições de carga de gás, na qual deve constar a data da expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e o horário de recebimento por parte da Contratada;
- b) Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;
- c) Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.
- d) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
- e) Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho, observando as normas de segurança existentes.
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado.
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

11.2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento do material objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos.
- b) Fazer a entrega do objeto deste instrumento nas quantidades solicitadas e no endereço constante desse instrumento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da requisição.
- c) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.
- e) Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual.
- f) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e a Justiça do Trabalho.
- g) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ.
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

11.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.3.1 - SANÇÕES MORATÓRIAS: Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura da carta- contrato, sujeita a contratada à multa moratória incidente sobre o valor da carta contrato, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - atrasos na entrega do objeto:

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.
2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.
3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades peritinentes à inexecução.

II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.
3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.
4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidade pertinentes à inexecução.

11.3.2 - SANÇÕES PUNITIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

11.3.3 - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A contratada tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A contratada tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

11.3.4 A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

11.3.5 -A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.3.6 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.3.7 - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas na Carta-Contrato contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

11.3.8- O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

11.3.9 - A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.3.10 - Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

11.3.11 - As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.3.12 - O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11.4. DO PAGAMENTO

11.4.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal de fornecimento de material, até 10 (dez) dias úteis, contados a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

partir do recebimento da Nota Fiscal na sede do Tribunal Regional Eleitoral, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das respectivas requisições.

11.4.2 -Serão desconsiderados e, conseqüentemente, não pagos, valores relativos às requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com as informações incompletas.

11.4.3 - No procedimento de conferência da Nota Fiscal para envio para pagamento será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada. Caso haja alguma pendência, o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

11.4.5 - Nenhum pagamento será feito à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos.

11.4.6 - No caso de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da fórmula a seguir, sendo que a aludida compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$I = (TX) \quad I = (6/100)$

$I = 0,00016438$

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização do Contrato serão exercidas pelo Chefe da Seção de Administração Predial - SEAP e pelo seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção.



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 28/09/2021, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0743714** e o código CRC **221A681B**.

0002887-60.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002887-60.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL (SEAP)

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação - Termo de Referência - Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de **Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico-** Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 168 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Administração Predial (SEAP), objetivando a **contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico**, para atender as unidades da Justiça Eleitoral nesta Capital, com entrega no endereço de funcionamento da Sede do Tribunal, na Av. Presidente Dutra, nº 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho/RO, conforme informações no Documento de Formalização de Demanda ([0732888](#)), Estudos Preliminares ([0732889](#)) e minuta de TR ([0732958](#)).

02. A unidade demandante SEAP faz remessa dos autos a SAOFC ([0733050](#)) solicitando autorização para continuidade dos procedimentos para a contratação de fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico, para atender à demanda da Justiça Eleitoral na capital. Por sua vez o secretário da SAOFC, pelo Despacho nº 1496/2021 ([0733297](#)), ratifica os atos já realizados e autoriza a continuidade do feito.

03. Após a realização da cotação de preços nº 02/2021 – SEAP entre empresa do ramo no mercado local ([0735676](#)) a unidade SEAP elaborou a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0741500](#)), a Solicitação de Contratação ([0741371](#)) em substituição a juntada equivocada do documento de formalização da demanda (Certidão 37– evento [0741377](#)), e o Projeto Básico nº 8 ([0741391](#)). A SEAP encaminha os autos à unidade competente com vistas à contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de gás de cozinha, conforme Remessa 273 ([0741502](#)).

04. No Despacho nº 1673/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0741505](#)), o titular da SAOFC – Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, direciona os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta do termo contratual, e por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

05. Recebidos os autos, a COMAP diligencia a unidade SEAP para proceder alguns ajustes no PB em relação ao valor estimado ([0743486](#)). A solicitação de diligência foi atendida com a juntada aos autos de uma nova informação conclusiva do valor estimado ([0743713](#)) e do Projeto Básico 10 ([0743714](#)). Assim, tomando por base o disposto °, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, a COMAP avaliou os critérios essenciais à regularidade do PB, concluindo ao final pela consonância do instrumento com as normas gerais de contratações estabelecidas pela legislação vigente, consoante a Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 94/2021 ([0743896](#)).

06. Na Informação nº 235/2021 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0744306](#)), a COFC informa que, em razão da despesa ser executada no exercício financeiro em 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesa com o objeto dessa contratação.

07. Ressalta-se que a Minuta de Carta-Contrato foi juntada aos autos pelo evento [0746105](#).

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (sem grifo no original)

11. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

12. No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 7.176,00** (sete mil cento e setenta e seis reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 10 ([0743714](#)), na Cotação de Preço realizada ([0735676](#)) e na informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0743713](#)). Assim, está dentro do limite legal apresentado no item anterior. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. Tendo em vista tratar de contratação processada para o exercício de 2022, não é possível a demonstração de que a Administração não realizou contratações de mesma natureza. Contudo, orienta-se que seja observado no planejamento de contratações deste Tribunal, para o ano seguinte, a fim de afastar eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**.

14. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93)**.

16. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

17. No vertente caso, a cotação de preços se deu no mercado local entre empresas do ramo da atividade comercial que se quer contratar, com isso foram entregues a 09 (nove) delas, sendo que apenas 02 (duas) interessadas no certame aptas a contratar com o setor público, ou seja, com regularidade fiscal completa. A unidade solicitante da contratação pondera no item 7.7.3 do PB 10 ([0743714](#)), que a precificação com base em apenas 2 preços aptos a contratar com a Administração Pública encontra amparo no **item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário** ou do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário** (que admite, de forma excepcional, menos de 3 cotações, desde que o fato esteja devidamente justificado).

18. Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com a Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), esta Corte de Contas também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas.

19. Nesse contexto, além dos acórdãos já mencionados, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra**. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada; (...)**

20. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo **“necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações**. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

21. Destarte, deve-se levar em consideração a cotação de preços realizada nos autos, muito embora exista a competitividade dos serviços pretendidos no mercado local, a situação econômica criada pela pandemia da Covid 19, desde 2020, afetou, principalmente as empresas que oferecem esse tipo de serviço, como bem citou a unidade SEAP no item 7.1.4 do PB 10, um comentário de uma das empresas do ramo, a volatilidade do preço do gás do cozinha, com cenário de até 2 reajustes de preço mensais, não está atraindo os fornecedores do produto a firmarem contratos futuros.

22. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27, no valor de **R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais)**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor ([0740735](#)). Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

23. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0740739](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração, no entanto as certidões devem ser atualizadas antes de efetivada a contratação, principalmente a **certidão de regularidade com o FGTS**.

25. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

22. De outro lado, o Projeto Básico 10 ([0743714](#)), complementado pela Cotação de preços realizada pela unidade SEAP, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

III – CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a **empresa A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB 10 juntado aos autos ([0743714](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

24. Em atendimento ao comando do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93 passa-se a análise formal dos termos do instrumento contratual. A minuta da carta-contrato ([0746105](#)) encontra-se em conformidade com as regras da Lei Geral de Licitações e Contratos e atende aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, razão pela qual não há reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, esta AJDG **aprova** seus termos para cumprimento do dispositivo citado.

25. Considerando a Informação nº 235/2021 – PRES/DG/SAOFC/COFC (0744306) de que a execução da despesa somente se dará no exercício financeiro em 2022, com previsão orçamentária no montante de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para a aquisição pretendida, conforme proposta orçamentária 2022 registrada no processo nº **0003698-54.2020.6.22.8000**, **a efetivação da contratação ficará condicionada a disponibilidade orçamentária do valor total da despesa.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. Ainda, por ser a despesa projetada para o exercício seguinte, esta assessoria jurídica orienta para a observação constante nos itens 13 e 24 desse opinativo.

27. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 08/10/2021, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0749038** e o código CRC **2D06966C**.

0002887-60.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002887-60.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL (SEAP)

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico.

DESPACHO Nº 1388 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Administração Predial (SEAP), objetivando a **contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

retornável, de uso doméstico, para atender as unidades da Justiça Eleitoral nesta Capital, com entrega no endereço de funcionamento da Sede do Tribunal, na Av. Presidente Dutra, nº 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho/RO, conforme informações no Documento de Formalização de Demanda ([0732888](#)), Estudos Preliminares ([0732889](#)) e minuta de TR ([0732958](#)).

A unidade demandante elaborou a Solicitação de Contratação 5 ([0741371](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0732889](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0743713](#)).

A unidade solicitante realizou a Cotação de Preços nº 002/2021 – SEAP entre empresa do ramo no mercado local ([0735676](#)). Foram convidadas, por e-mail 9 (nove) empresas ([0736709](#), [0736712](#), [0736713](#), [0736715](#), [0736719](#), [0736720](#), [0736721](#), [0736722](#) e [0738571](#)), contudo somente 3 (três) apresentaram propostas ([0740735](#), [0740736](#) e [0740740](#)).

Juntou-se aos autos a regularidade fiscal de 03 (três) empresas participantes do certame, são elas: PORTOGAS ([0740741](#)), ROAD COMÉRCIO E SERV. LTDA ([0740740](#)) e ACF MOREIRA ([0740739](#)).

A proposta apresentada pela empresa ACF MOREIRA – CNPJ 14.410.553/0001-27, na cotação de preços, sagrou-se vencedora, com o valor total em R\$ **7.176,00** (sete mil cento e setenta e seis reais).

A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 10/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0743714](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços, a forma de pagamento, as obrigações da contratante e do contratado, as sanções administrativas, a gestão e fiscalização do contrato, e encaminhou os autos à COMAP ([0743794](#)).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à empresa ACF MOREIRA – CNPJ 14.410.553/0001-27 ([0743896](#)).

Nos termos da Informação nº 235/2021 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0744306](#)), a COFC informa que, em razão da despesa ser executada no exercício financeiro em 2022, não se faz possível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesa com o objeto dessa contratação.

A Seção de Contratos – SECONT juntou a minuta de Carta-contrato ([0746105](#)) e remeteu o feito à AJDG para análise ([0746106](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 168/2021 ([0749038](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, da empresa ACF MOREIRA – CNPJ 14.410.553/0001-27, e pela aprovação do Projeto Básico 10/2021 ([0743714](#)). Por fim, aprovou a minuta de Carta-contrato juntada no evento [0746105](#).

A SAOFC reconheceu a dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico ([0743714](#)); pela regularidade do preço estimado ([0743713](#)); autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação e contratação direta da empresa A.C.F. Moreira Me - inscrita no CNPJ sob o n. 14.410.553/0001-27 e publicação da dispensa apenas no DJE ([0749183](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda - **R\$ 7.176,00** (sete mil cento e setenta e seis reais) não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018 - **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais).

No vertente caso, conforme relatado, foram convidadas, por e-mail, 9 (nove) empresas do ramo de atividade da contratação ([0736709](#), [0736712](#), [0736713](#), [0736715](#), [0736719](#), [0736720](#), [0736721](#), [0736722](#) e [0738571](#)), dentre as quais 3 (três) apresentaram propostas ([0740735](#), [0740736](#) e [0740740](#)), 2 (duas) com regularidade fiscal e trabalhista.

Em que pese não haver três cotações válidas de empresas do ramo (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**) a Corte de Contas também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas. No caso sob análise, verifica-se nos termos do item 7.7.3 do PB 10 ([0743714](#)), a unidade demandante comprova a existência de limitações no mercado para o objeto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do certame e que a precificação com base em apenas 2 preços aptos a contratar com a Administração Pública encontra amparo no **item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário ou do Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário** (que admite, de forma excepcional, menos de 3 cotações, desde que o fato esteja devidamente justificado).

O melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27, no valor de R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor ([0740735](#)).

No caso sob análise, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0740739](#), restando-se atendido os requisitos de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração contudo, como bem registrado no item 24 do parecer da AJDG ([0749038](#)) as certidões devem ser atualizadas antes de efetivada a contratação, principalmente a **certidão de regularidade com o FGTS**.

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, considerando que a aquisição de gás de cozinha é necessária para o preparo de café, chás e outros alimentos no âmbito do TRE-RO, a serem consumidos por magistrados, servidores, demais colaboradores, membros da corte, advogados e visitantes em geral, além do fato de que as instalações da Justiça Eleitoral em Rondônia não dispõem de encanamento para contratação de gás encanado e nem dispõem de fogão elétrico na cozinha/copa principal do órgão, conforme subitem 3.1 do Projeto Básico n. 10/2021 ([0743714](#)).

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27 ([0740735](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidos para a aquisição em comento, com o valor total em **R\$ 7.176,00** (sete mil cento e setenta e seis reais), para o fornecimento de **60 (sessenta) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP -**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico, pelo prazo de 12 meses, no valor unitário mensal de R\$ 119,60 (cento e dezenove reais e sessenta centavos).

Ressalta-se, que, conforme já registrado, a empresa cotada apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0740739](#), contudo, como bem registrado no item 24 do parecer da AJDG ([07490380748829](#)) as certidões devem ser atualizadas antes de efetivada a contratação, principalmente a **certidão de regularidade com o FGTS**.

Por fim, tendo em vista tratar de contratação processada para o exercício de 2022, e não sendo possível a demonstração de que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, deve a unidade demandante e SAOFC atentarem-se nos planejamentos de contratações deste Tribunal, para o ano seguinte, a fim de afastar eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018 e, considerando a Informação nº 235/2021 – PRES/DG/SAOFC/COFC (0744306) de que a execução da despesa somente se dará no exercício financeiro em 2022, com previsão orçamentária no montante de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para a aquisição pretendida, conforme proposta orçamentária 2022 registrada no processo nº **0003698-54.2020.6.22.800**:

1 - aprovo o ETP juntado ao evento n. [0732889](#) e o Projeto Básico 10/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0743714](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0743713](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 ([0683506](#) e [0683500](#)) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, condicionada a efetivação da contratação à disponibilidade orçamentária do valor total da despesa; e

4 - adjudico o objeto à empresa A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27, por ter apresentado a melhor proposta, e autorizo a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor de **R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais)**, condicionada a sua regularidade fiscal.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 11/10/2021, às 19:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0749618** e o código CRC **86BE032C**.